

RAMIFICAÇÕES ULTRAMARINAS: sociedades comerciais no âmbito do Atlântico luso – século XVIII

Felipe Tito César Neto¹ & Carlos Leonardo Kelmer Mathias²

1. Bolsista PIBIC, Discente do Curso de História, IM/UFRJ; 2. Professor do DDHL/ITR/UFRRJ.

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Introdução

O presente projeto tem por objetivo estudar as sociedades estabelecidas por homens de negócio residentes na praça mercantil do Rio de Janeiro, traficantes de escravos operantes na Bahia e membros da elite pluriocupacional da capitania de Minas Gerais voltadas para o comércio ultramarino de longa distância. Em detalhe, trata-se de analisar a inserção da América lusa nas rotas comerciais atlânticas a partir da nova conjuntura econômica proveniente das descobertas de ouro e de pedras preciosas de fins do século XVII na região de Minas Gerais. Nesse sentido, o recorte cronológico do projeto centra-se fundamentalmente no século XVIII, período de auge e de decadência da produção aurífera, além de ter sido um século de grandes transformações na geografia do tráfico atlântico de escravos e nas rotas mercantis que perpassavam a América portuguesa. Em detalhe, o recorte cronológico engloba um século fundamental para o desenvolvimento do futuro sistema capitalista, pois encerrou a consolidação e ampliação da bacia atlântica, engendrando circuitos mercantis em escala mundial, fomentando a circulação de bens, mercadorias, serviços e indivíduos, impactando diretamente nas configurações financeiras e produtivas na Europa e na América.

Metodologia

Tendo em vista que o projeto estuda a formação e a atuação das sociedades comerciais voltadas para o comércio ultramarino, as relações sociais dos atores em questão, suas estratégias de ação e trajetórias de vida, o nome surge como fio condutor da pesquisa. Foi adotada a metodologia proposta por Carlo Ginzburg, uma vez que ela elege o nome como instrumento do acompanhamento do destino de um indivíduo e de suas estratégias de ação, viabilizando a compreensão de suas redes relacionais e dos contextos nos quais os sujeitos construíram suas vidas. Nesse sentido, foram pesquisados os nomes dos 311 homens de negócio da praça fluminense e dos 82 traficantes operantes na cidade da Bahia que receberam procuração de membros da elite pluriocupacional da capitania de Minas Gerais. Toda essa documentação foi pesquisada no fundo Projeto Resgate – Arquivo Histórico Ultramarino. Tal fundo arrola correspondências diversas entre autoridades régias na América Lusa umas com as outras, com Rei, com seus conselhos superiores, com as câmaras locais etc., cartas patentes recebidas pelos vassalos na América, autorizações, provimentos, declarações etc. Após empreendido esse esforço de pesquisa, as informações foram cruzadas umas com as outras objetivando melhor sistematizar a forma através da qual os membros da elite pluriocupacional da capitania de Minas Gerais se inseriam nas várias sociedades comerciais operantes nas praças fluminense e da Bahia.

Resultados e Discussão

Na medida mesmo em que se trata de uma pesquisa em andamento, os resultados são provisórios e apenas sugerem apontamentos passíveis de serem corroborados ou não ao término do trabalho. Assim, a seguir apresentamos um exemplo da atuação dos membros da elite pluriocupacional da capitania de Minas Gerais nas sociedades estabelecidas por traficantes de escravos residentes na praça mercantil da Bahia voltados para o resgate de escravos na costa ocidental Africana. Em 1743, tendo em conta as dificuldades econômicas pelas quais a capitania da Bahia passava, o rei D. João V foi servido ordenar que apenas vinte e quatro embarcações tivessem permissão de resgatar escravos na costa Africana. Tal determinação vigorou até o ano de 1751, quando foi revogada em função do fato de que

somente alguns poucos concentravam a posse de mais da metade desses navios, malgrado haver permissão para vinte e quatro embarcações atuarem no tráfico atlântico de escravos. Em 1747, o traficante Félix de Araújo Aranha deu conta ao rei “que tendo V. Maj. ordenado que daquele porto [da Bahia] não pudessem navegar para o da costa da Mina [África] mais que tão somente 24 navios que são os que nesta carreira andam; o que V. Maj. permitiu a favor dos moradores; o negócio da dita cidade se vê esta graça totalmente pervertida sem aquela ordeira equidade com que V. Maj. a permitiu em benefício comum pois devendo dela participar todos os homens de negócio, se observa tanto pelo contrário que seis tem quinze navios o que conta das certidões junta usando-se desta permissão de V. Maj.”. Em 1747, dos quatorze donos de navios, nove receberam procuração de membros da elite pluriocupacional da capitania de Minas Gerais. Após quatro anos, as vinte e quatro autorizações concentravam quatorze proprietários, sendo que cinco deles foram nomeados procuradores por residentes em Minas do Ouro. Entre 1747 e 1751, esses traficantes outorgados desembarcaram nos portos do Brasil 4.562 escravos, sendo que a maioria deles foram vendidos na capitania de Minas Gerais. Nota-se que não obstante a participação dos traficantes autorizados a resgatar escravos na costa da África nas procurações para eles emitidas em Minas Gerais tenha caído de 64,28% em 1747 para 35,71% entre 1747 e 1751, ainda assim tal participação foi bastante expressiva.

Conclusão

Malgrado o caráter preliminar dos dados obtidos até o momento, podemos concluir que quando um indivíduo residente na capitania de Minas Gerais nomeava um homem de negócio ou traficante de escravo como seu procurador, levava-se em conta, dentre outros fatores, a envergadura de atuação desses indivíduos no comércio ultramarino – se eram ou não traficantes de escravos, se estavam inseridos em sociedades comerciais, quantas viagens atlânticas eram realizadas por ano etc. – e as relações sociais por eles firmadas – se eram ou não próximos de outros comerciantes atuantes no atlântico, se eram próximos de altos oficiais coloniais etc. Em resumo, as ramificações ultramarinas orientavam não apenas as estratégias de inserção dos residentes na capitania de Minas Gerais quando nomeavam procuradores, mas também indicavam as estratégias que os homens de negócio e os traficantes de escravos deveriam empreender no sentido de serem nomeados procuradores por aqueles indivíduos e, dessa forma, vislumbrarem acesso mais direto e imediato ao efervescente mercado mineiro do século XVIII.

Referências Bibliográficas

- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*. Vol. 2. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- COCLANIS, Peter (org.). *The atlantic economy during the seventeenth and eighteenth centuries: organization, operation, practice, and personnel*. University of South Carolina Press, 2005.
- FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de.; CAMPOS, Adriana. (orgs.). *Nas rotas do império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006.
- FURTADO, Júnia. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas minas setecentistas*. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- GREENE, Jack. *Negotiated authorities: Essays on Colonial Political and Constitutional History*. Charlottesville & Londres, Virginia University Press, 1994.
- JEANNIN, Pierre. *Os mercadores do século XVI*. 1ª ed. 1961. Porto: Vertente, 1986.
- KICZA, John E., *Empresarios coloniales: familias y negocios en la ciudad de México durante los Borbones*, Fondo de Cultura Económica, México, 1986.
- SMITH, David G. *The mercantile class of Portugal and Brazil in the seventeenth century: a social-economic study of the merchants of Lisbon and Bahia, 1620-1690*. Austin: University of Texas, 1975 (Tese de Doutorado).
- SUÁREZ, Margarita. *Desafíos transatlánticos: mercaderes, banqueros y el estado en el Peru virreinal, 1600-1700*, Fondo de Cultura Económica, Peru, 2001.
- TRACY, James (orgs.). *The rise of merchant empires: long-distance trade in the early modern world*. Cambridge University Press, 1990.

YUSTE, Carmen; CROSSO, Juan Carlos; RIQUER, Jorge Silva (orgs.). *Circuitos mercantiles y mercados en Iationamérica siglos XVIII – XIX*. México, Instituto Mora-UNAM, 1995.